



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 039

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 3 DE MAIO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 64ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE MAIO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

Aprovação, por decurso de prazo, dos Decretos-leis nºs 2.164, de 1984 e 2.240, de 1985, e prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 29/85-CN.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 35/86-CN (nº 650/85, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 49/82 (nº 2.159/79, na origem), que dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Sertânia, no Estado de Pernambuco.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para a tramitação da matéria

1.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas e 40 minutos, com ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 65ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE MAIO DE 1986

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Problema da remuneração do parlamentar. Regulação do pagamento de royalties para os Estados e municípios produtores de petróleo. Noticiário da Imprensa a respeito da incorporação da Caixa Econômica Federal ao Banco do Brasil.

DEPUTADO CELSO BARROS — Discurso pronunciado pelo Presidente José Sarney no Dia do Trabalho.

DEPUTADO RAYMUNDO ASFORA — Vigésimo quarto ano do assassinato do líder camponês, de Sapé, João Pedro.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 7/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.165, de 2 de outubro de 1984, que institui a Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 64ª Sessão Conjunta, em 2 de maio de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio —

Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Lórnato Júnior — Nelson Carneiro — Alfredo Campos — Gastão Müller — José Fragelli — Lenoir Vargas — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; Josué de Souza — PFL; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PMDB.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Ossian Araripe — PFL; Sérgio Philomeno — PFL.

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira — PFL.

Paraíba

Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Otacílio Queiróz — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Elquisson Soares — PDT; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Homero Santos — PFL; João Hercúlio — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Melo Freire — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Airton Soares — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Maçao Tadano — PFL; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Paulo Marques — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL.

Rio Grande do Sul

Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélis Souza — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 28 Srs. Senadores e 91 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-leis nºs 2.164, de 1984, e 2.240, de 1985, sem ter havido deliberação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1985-CN, a eles referentes, foi incluído em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre a matéria do Congresso se haja manifestado, os textos dos

Decretos-leis são considerados aprovados (Const., art. 55, § 1º, *in fine*, combinado com o art. 51, § 3º, *in fine*), ficando, em consequência, prejudicado o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1985-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial nº 35 de 1986-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM

Nº 35, de 1986-CN

(Nº 650/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^{as} que, nos termos dos arts. 59, § 1º, e 81, inciso IV, da Constituição, resolvi vetar, parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1982 (nº 2.159, de 1979, na Casa de origem), que "dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Sertânia, no Estado de Pernambuco".

O veto incide no art. 2º do Projeto, que manda funcionar, em imóvel sujeito ao domínio privado, o Colégio cuja instituição autoriza, infringindo dispositivo constitucional concernente à garantia do direito de propriedade.

Esta a razão que me leva a vetar parcialmente o referido Projeto e que ora tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de dezembro de 1985. — José Sarney.

(*) **PROJETO A QUE SE REFERE O VETO**
PL Nº 49, DE 1982, NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS
PLC Nº 2.159, DE 1974,
NO SENADO FEDERAL

Dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Sertânia, no Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Colégio Agrícola de Sertânia, no Estado de Pernambuco.

Art. 2º O Colégio Agrícola de Sertânia funcionará no Colégio Imaculada Conceição, ficando subordinado ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º A instalação e o funcionamento do Colégio Agrícola de Sertânia dar-se-ão a partir do momento em que houver dotação orçamentária própria e suficiente.

(*) Em destaque a parte vetada

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Senadores Martins Filho, Passos Pôrto, Aderbal Jurema e os Srs. Deputados Brabo de Carvalho, Francisco Dias e José Carlos Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 26 do corrente.

A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, os pareceres das comissões que o apreciaram e, se houver, o relatório da Comissão Mista.

O prazo de tramitação da matéria se encerrará em 18 de junho próximo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nós termos do art. 455, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 40 minutos, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1986 — CN (6ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 34 minutos).

Ata da 65ª Sessão, em 2 de maio de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 18 HORAS E 40 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Calvalcante — Lourival Baptista — Lomanto Júnior — Nelson Carneiro — Alfredo Campos — Gastão Müller — José Fragelli — Lenoir Vargas — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; Josué de Souza — PFL; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Ossian Araripe — PFL; Sérgio Philomeno — PFL.

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira — PFL.

Paraíba

Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Otacílio Queiroz — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Elquisson Soares — PDT; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PFL, Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Homero Santos — PFL; João Herculino — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Melo Freire — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Airton Soares — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Maçao Tadano — PFL; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Paulo Marques — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL.

Rio Grande do Sul

Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 28 Srs. Senadores e 91 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PDT — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Apesar de inscrito para o período de breves comunicações, pedi a palavra, também, pela Liderança do PDT, para que haja tempo de comentar três assuntos.

O primeiro deles é quanto à questão dessas sessões. Ontem, pedi a suspensão da sessão e notei, depois, que os parlamentares presentes não ficaram satisfeitos e, o que é curioso, não em seus nomes, mas em nome dos que não compareceram. Então, não quero usar o mesmo expediente.

Não sou nenhum Catão, não sou a palmatória do mundo, mas gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, que não me coformo com essa maneira de remunerar os parlamentares, porque essas sessões não têm outra finalidade senão a de cuidar da remuneração dos Parlamentares. Esta é uma questão que o Congresso Nacional, ou, se quiserem, Câmara e Senado têm que enfrentar de frente.

O Parlamentar, Sr. Presidente, disputa o mandato junto à opinião pública e muitos deles investem muitos recursos na aquisição desses mandatos. É algo significativo e ninguém pode alegar que não é um fato que destaque o cidadão na sociedade, ainda que se registre esse desprestígio do político junto à sociedade, mas é um fato dignificante, afinal de contas, para quem tem espírito público, entre 130 milhões de almas, o cidadão ser aqui um dos 479 que representam esta sociedade como um todo.

De modo que há um peso, há uma responsabilidade sobre esses Representantes, de tal sorte que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados precisam, na verdade, encarar de frente a questão da remuneração do mandato parlamentar, para que os Parlamentares, sobretudo os dedicados, os homens públicos existentes aqui dentro não sejam nivelados por baixo, não tenham que andar pelas ruas da sua cidade ou das cidades deste País cabibaxos, envergonhados de serem portadores de mandatos populares.

O segundo assunto, Sr. Presidente, parece-me questão de fundamental importância e que esta Casa precisa encarar também com seriedade.

Há pouco tempo, não faz muito, a Câmara dos Deputados e, posteriormente, o Senado Federal, na tramitação normal das matérias trazidas ao seu conhecimento, aprovaram um projeto de lei que estabeleceu o critério do pagamento de *royalties* para os Estados produtores de petróleo, inclusive remunerando ou estabelecendo critérios para a melhoria da receita da Marinha, visando, certamente, ao seu melhor equipamento. Esse projeto de lei, uma vez aprovado, foi levado à sanção presidencial.

Sabemos que a praxe, quando qualquer projeto de lei depende de regulamentação, tem sido a da regulamentação via decreto, para agilizar, inclusive, o andamento prático dessas manifestações legais. No entanto, o Palácio do Planalto anuncia que está remetendo a esta Casa projeto de lei regulamentando aquele que estabeleceu o pagamento de *royalties*.

Todos sabem, Sr. Presidente, que o objetivo não é de prestigiar o Congresso Nacional, que está tão ou mais desprestigiado pelo Executivo do que nos velhos tempos da ditadura, mesmo da ditadura Médici. E nem diria que o Palácio do Planalto deseja, na verdade, esse desprestígio. Talvez até, se houvesse o confronto com o Executivo, esse Poder não tivesse como reclamar e aceitasse o reavivamento do Legislativo. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que a fraqueza é da representação popular. São os próprios parlamentares que não enfrentam a questão das prerrogativas. O fisiologismo, hoje, é a regra. Todos, por pequenos interesses junto ao Palácio do Planalto — e ressaltado que estamos num ano eleitoral — se recusam a discutir as prerrogativas, sobretudo aqueles que foram os campeões na sua pregação, no desejo do resgate dessas prerrogativas, como o Sr. Ulysses Guimarães, como chefe, como líder dessas preocupações. Hoje, o próprio Ulysses Guimarães, vez por outra, se investe na Presidência da República. Por que, então, Sr. Presidente, mais prerrogativas para o Congresso?

Esta é, portanto, a segunda observação.

A terceira, Sr. Presidente, é também grave. Tenho repetido desta tribuna que um discurso aqui vale enquanto dura, para plágio um pouco o verso do nosso Vinícius de Moraes. Quando o orador desce da tribuna, Sr. Presidente, o discurso envelheceu e nenhuma providência é adotada sobre ele, ainda que contenha denúncias as mais graves, o que quer dizer que esta Casa é um "faz-de-conta", nenhuma providência se adota sobre coisa alguma aqui dentro, salvo se houver algum pedido privado, muito pessoal, dos Parlamentares, visando, portanto, ao seu retorno aqui.

De modo que a Casa, sem dúvida alguma, contribui deliberadamente para o seu enfraquecimento.

Ouçô, Sr. Presidente — permita-me fazer a inconfidência — o Deputado Raymundo Asfóra lamentar que se faça este discurso, porque tanta coisa foi feita nesta Casa, etc. Até diria que algumas coisas foram feitas. Evidentemente, Sr. Presidente, muita coisa foi feita depois que o Congresso foi empurrado pela sociedade. Quando as galerias ficam cheias, exigindo alguma coisa, o Congresso atua; quando o povo vai embora, o Congresso esquece do povo e não faz coisa alguma.

Somos, na verdade, um grupo de mentirosos, porque ficamos pregando nos palanques posições que não sustentamos depois, aqui dentro. Aqui dentro, Sr. Presidente, prega-se muita coisa, mas nada de prático em favor do povo. Nada! O povo, nesta Casa, só tem o direito de passear pelos corredores. E outra luta qualquer, de interesse popular, trazida para o Plenário da Casa, o povo perde. Ganha sempre a elite, ganha sempre a classe dominante. E evidentemente, ainda que se reclame que alguns dos Ministros, o Presidente da República e alguns Parlamentares não sejam integrantes das elites dominantes, são, de certo modo, fracos diante dela. O fato é que todos sucumbem. Portanto, o povo perde e as elites continuam mandando, as oligarquias se dividem por aí, pelos vários partidos, como está ocorrendo agora, para continuar mandando, definindo, orientando tudo neste País.

O meu discurso, Sr. Presidente, nesta parte final, visa discutir o noticiário da imprensa de hoje acerca do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Também tenho repetido que o que falta ao brasileiro é amor às suas instituições. Não aprendemos a zelar pelas nossas instituições. Durante dois anos sustentamos aqui dentro, isoladamente quase, uma luta em favor do Banco do Brasil, em favor da manutenção da estrutura do Banco do Brasil, enquanto banco social, enquanto alavanca do desenvolvimento nacional, enquanto instrumento do desenvolvimento, sobretudo da agropecuária, Banco do Brasil que chegou a ser o maior banco agrícola do mundo e, aos poucos, foi sendo definhado pela ditadura, pelo desprestígio, sobretudo pela falta de vigilância da sociedade.

Atacado o Banco do Brasil naquilo que é fundamental à sua existência, porque a sua medula, vem agora o Governo e anuncia medidas que visam à incorporação da

Caixa Econômica Federal ao Banco do Brasil. São duas instituições centenárias, duas velhas instituições que têm funcionado. Eu diria que o pecado de ambas é exatamente o de não se haverem modernizado. Enquanto os outros bancos, todos, invadiram a área da eletrônica, o Banco do Brasil ficou aí emperrado, com uma velha estrutura, mas fundamentalmente voltado para os interesses nacionais, enquanto os outros, que são bancos ganhadores de dinheiro, sugadores da poupança popular, puderam modernizar-se e se transformaram em instituições moderníssimas, agilíssimas etc.

Então, o Governo, em vez de dotar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica de instrumentos modernos de atuação, prefere anunciar a incorporação da Caixa Econômica ao Banco do Brasil, que é o mesmo que anunciar a extinção da Caixa Econômica Federal. E por que isso? Porque é preciso compensar os banqueiros, esses pobres banqueiros nacionais, esses banqueiros que, miseráveis, foram atingidos agora pelo pacote — já não estão ganhando mais nada. Um banqueiro hoje, Sr. Presidente, parece que ganha menos do que um trabalhador numa empresa qualquer de limpeza, porque o choro deles é permanente. E o pior é que o Governo os atende.

São nove as famílias banqueiras deste País. E o Governo penaliza a todo instante o trabalhador, chora copiosamente com pena dos banqueiros e vai atendendo às suas reivindicações. Sr. Presidente, pois agora, os banqueiros estão pedindo nada menos do que a extinção da Caixa Econômica Federal, porque, detentora, na verdade, da poupança popular do País, é preciso extingui-la, para que os banqueiros privados possam entrar nessa área com mais vigor, possam ter um espaço maior. Afinal de contas, é preciso ceder a Amador Aguiar, a Francisco Conde, ao nosso Calmon, lá da Bahia, a essas figuras, Sr. Presidente, tão pobres, tão miseráveis, tão sacrificadas de nossa sociedade.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ELQUISSON SOARES — Permito, com prazer, nobre Deputado José Carlos Vasconcelos, da representação pernambucana.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Nobre Deputado Elquisson Soares, a Casa conhece a atuação de V. Exª, conhece o seu amor à Instituição, conhece o seu compromisso com o povo brasileiro. V. Exª, em dois mandatos como Deputado Federal, anteriormente como Deputado Estadual, e na sua própria luta desde o tempo de estudante, é comprometido com as maiorias populares do Brasil.

O SR. ELQUISSON SOARES — Muito grato.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Noto, e permita-me, pela amizade que possuímos, que o diga, V. Exª está tomado de um espírito de desencanto. E até por querer muito bem à atuação de V. Exª e a afirmação de que nós, brasileiros, devemos ter amor às nossas instituições, é que me permitiria discordar de V. Exª a respeito da grande instituição que é o Congresso Nacional: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Na realidade, há diversas distorções no funcionamento do Parlamento brasileiro, distorções essas que se aprofundaram, inclusive, a partir da implantação da ditadura militar em 1964, e no regime autoritário que mascarou esta ditadura posteriormente. Na realidade, esta Casa tem momentos marcantes, mesmo no período mais negro que viveu a Nação nestes últimos anos. A resistência civil ao regime militar funcionou dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Quando a sociedade brasileira era sufocada pela força do regime militar, foi aqui dentro que começou a grande resistência a este regime. Recentemente — para que não façamos uma crônica longa — V. Exª participou das grandes campanhas que aboliram o regime militar neste País. Mesmo no momento em que foi derrotada, aqui, a eleição direta, esta Câmara tomou posição ao lado do povo brasileiro. É verdade que acionada pela sociedade — e isso é importante que ocorra — e, posteriormente, nos diversos episódios, na eleição de Tancredo Neves e José Sarney e em toda uma modificação que aboliu diversas instituições do regime autoritário ditatorial. Hoje, legislamos muito no campo institucional, sabe bem V. Exª, pois o pluripartidarismo está implantado, de maneira clara, houve o restabelecimento de eleições diretas para as prefeituras das Capitais e tan-

tas outras conquistas que me dispenseo narrar, porque V. Exª, foi um dos condutores das mesmas dentro desta Casa. É verdade que ainda existem distorções, como esta a que V. Exª se referiu, quando fala na realização de sessões que não tinham sentido de serem realizadas, como esta desta noite. Veja bem V. Exª, o que falta fazer podemos fazer, e quanto ao desencanto — porque confio na combatividade de V. Exª — é importante que haja aquela decisão, que tanto o caracteriza, de fazer as coisas para espertar e corrigir os erros porventura existentes. Com referência específica à incorporação a que V. Exª se refere, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil numa única instituição, devo dizer a V. Exª que estamos num Governo receptivo a proposta, aberto ao diálogo. Decerto, V. Exª entendido que é do assunto, defensor aqui, de maneira clara, do Banco do Brasil, decerto V. Exª prestará grande contribuição ao Governo, apresentando razões aos estudos técnicos que estão sendo feitos, contrários a essa fusão. Na verdade, tanto a Caixa Econômica quanto o Banco do Brasil são Instituições centenárias realmente ligadas à vida do povo brasileiro. Não tenho posição firmada — confesso ao nobre Deputado — a respeito do assunto. Devemos ter o espírito aberto para a modernização das nossas Instituições. Temos que ter o espírito inteiramente aberto para ver, para pesar o que é melhor para o povo. Se é essa fusão que está anunciada — que não é ainda posição oficial do Governo — ou a permanência das duas Instituições operando separadamente. Pode estar certo V. Exª — e o digo no exercício da Liderança do PMDB, na noite de hoje, — o Governo contará — e é muito bom que isso ocorra — com a experiência e o conhecimento de V. Exª nas informações e no diálogo, não só sobre este como sobre qualquer assunto em que V. Exª, ou qualquer outro Parlamentar, possa prestar contribuição. Agradeço a V. Exª e espero que ao desânimo que, em certo momento, V. Exª apresenta na noite de hoje retorne aquela juventude vibrante que o caracterizou, aquele amor à causa que abraça, para que mais contribuições possa V. Exª prestar, para se somarem a tantas outras que já prestou ao Brasil, ao Congresso Nacional, à nossa sociedade.

O SR. ELQUISSON SOARES — Deputado José Carlos Vasconcelos, claro que não posso dizer o que afirmou V. Exª sobre a instituição, de que é uma mentira. Realmente não é. É apenas uma meia verdade também.

Não gostaria de registrar, Sr. Presidente e nobres Congressistas, apenas alguns momentos de afirmação e de grandeza do Parlamento. Preferiria inverter a equação, até para poder esquecer que fomos poucos os momentos de fraqueza, de debilidade, poucos os momentos em que ela tivesse faltado com a sociedade brasileira. V. Exª coloca que alguns momentos foram de grande afirmação e de grandeza — alguns. Não diz que a vida da Instituição é permanentemente de grandeza, porque não tem sido nos últimos anos. Por exemplo, V. Exª disse: "Foi aqui uma trincheira da resistência contra o regime de arbítrio". Foi! Realmente foi. Mas não da Casa como um todo: não foi da Instituição, não! Foi de alguns de seus integrantes, de alguns que vieram lá dos porões da cadeia, de alguns que vieram lá dos calabouços da ditadura, que vieram dos bancos da universidade, enfrentaram aqui a maioria exatamente defendendo a ditadura — a maioria defendendo a ditadura, até que se foram aproximando os debates sobre eleições, etc., e aí alguns mudaram. Mudaram em função dessa oportunidade, não em função, meu caro Deputado José Carlos Vasconcelos, da convicção de que era preciso derrubar o regime, como V. Exª e como tantos outros tinham. É esta a questão. Não orgulhamos no âmago do problema, ficamos na superfície, e depois queremos absorver a todos. Não o faço, não cometerei este pecado, Sr. Presidente. Não foi por outra razão que no meu Estado, agora, emprestei o apoio do meu partido, o PDT, à candidatura de Waldir Pires, do PMDB, porque, sendo ele um desses que, ao longo destes 21 anos, resistiram, era óbvio que eu não poderia enfraquecer a sua candidatura, dividindo com ele, por exemplo, a disputa do eleitorado. No entanto, me recusei a homologar a chapa que ele apresentou para o Senado, porque vinha exatamente com homens que durante estes anos todos sustentaram o regime ditatorial. Ainda hoje passei um telegrama aos meus correligionários dizendo: "pelo passado, apóio Waldir Pires e pelo mesmo passado nego apoio aos candidatos apresentados por ele".

É uma questão de coerência, Sr. Presidente. Não é briga, é coerência partidária. Do modo que afirmo que falta amor às Instituições, que é algo que se pode constatar, não posso ficar aqui buscando exemplos isolados, não posso ficar aqui citando um Djalma Marinho, não posso ficar citando um Aduauto Lúcio Cardoso, um Milton Campos, um Mem de Sá, e estou ficando numa área em que, evidentemente, não havia ninguém de oposição ao regime. Eram homens de uma integridade tal, com tal espírito público, que, em dado instante, eram capazes de fazer o que fez Aduauto Lúcio Cardoso, de pegar a toga e a devolver a quem o nomeou, exatamente porque não estava para se submeter a desígnios que não justificavam e muito menos honravam a sua condição de Ministro do Supremo; como fez o nosso Milton Campos, que, a certa altura, disse: "Para isso eu não sirvo, eis aqui o seu Ministério".

O que queríamos, exatamente, era que aqui dentro aflorassem figuras assim, que se medidassem no exemplo desses homens e pudessem ser homens públicos na inteireza do termo, Sr. Presidente. Costuma o indagar quantos somos aqui homens públicos na verdadeira acepção do termo. Quantos somos? Há Sr. Presidente, um vazio. A Instituição perdeu lá fora a sua credibilidade e é preciso resgatá-la. Como se resgata na verdade, qual o meio para se resgatar essa credibilidade? É discutindo os interesses do povo, Sr. Presidente, é se voltando para a defesa dos seus anseios. Quando, por exemplo, setores do Governo anunciam que vão extinguir uma Instituição como a Caixa Econômica Federal, este Congresso precisa convocar — e na segunda-feira darei entrada a requerimento neste sentido — este Congresso precisa convocar o Presidente da Caixa Econômica Federal, o Presidente do Banco do Brasil e o Ministro da Fazenda, para que expliquem por que a extinção, a serviço de quê. Justifica-se, na verdade, a destruição de uma entidade como a Caixa Econômica Federal, em nome de quê? Qual é, na verdade, a pitonisa que vem aí anunciando que com a sua extinção a sociedade sairá ganhando?

Esta, a questão. Não se pode silenciar diante desses fatos. Pode até ser que venhamos a apoiar, mas será que temos que jogar no escuro o tempo todo? E como a sociedade vai-nos julgar, se isso não der certo amanhã? O Congresso sempre está sendo jogado em uma situação difícil, de justificar as coisas a priori.

O Sr. Raymundo Asfóra — E isso pode ser feito à revelia do Congresso?

O SR. ELQUISSON SOARES — Não sei, a minha dúvida é esta.

Hoje, Sr. Presidente, os jornais já anunciam a reforma, a incorporação da Caixa Econômica Federal ao Banco do Brasil, sem uma discussão.

Tenha-se paciência. É como se, em dado instante, Sr. Presidente, mandassem derrubar um templo ali sem ouvir os fiéis. Não é possível. São verdadeiros templos da sociedade brasileira. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil vai atingir duzentos anos, Sr. Presidente. A Caixa Econômica é mais antiga do que o Banco do Brasil. Tenha paciência! O Congresso tem que ter palavra, tem de ser ouvido, tem de se manifestar. O Congresso é na verdade a representação da sociedade, a representação popular.

O Sr. Humberto Souto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ELQUISSON SOARES — Pois não, nobre Deputado

O Sr. Humberto Souto — Deputado Elquisson Soares, gostaria de dar apenas um pequeno aparte. No que se refere ao comportamento político, eu concordo com V. Exª, porque é um dever de todos nós lutar para resgatar a imagem do político no cenário da política nacional. E devemos fazê-lo com atitudes, com gestos e com procedimento, não tergiversando quando estiver em jogo os interesses nacionais principalmente. Gostaria de fazer dois reparos: primeiro ao problema da Caixa Econômica Federal, tenho a impressão de que é apenas uma notícia de jornal, dado a importância que tem a Caixa Econômica Federal, dado ao que ela representa como instituição não só econômico-financeira bancária, mas também quanto ao serviço que presta na área social. Mas eu gostaria, sem nenhuma procuração para defender e para me intrometer na política baiana, encerrando o meu aparte, gostaria de corrigir uma pequena injustiça que V. Exª co-

mete com a história política brasileira. V. Exª disse que apoiava, que o seu Partido apoiava Waldir Pires, pelo passado de lutas pelas posições que conquistou. Eu gostaria de corrigir V. Exª, e não leve a mal o meu aparte, mas dizer que V. Exª, hoje, apóia o Governador Waldir Pires muito mais pelo presente. Porque pelo passado V. Exª teria que ter uma profunda dificuldade de escolher entre Waldir Pires e o Josaphat Marinho, que são homens que engrandecem, enaltecem e honram as tradições da política brasileira.

O SR. ELQUISSON SOARES — Eu começaria exatamente pelo fim do seu aparte para dizer a V. Exª que se não estivesse presente, na chapa de Josaphat Marinho, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, eu não sei até se já não tivesse apoiado a sua candidatura. Josaphat Marinho é uma das grandes figuras deste País, sem dúvida alguma um dos grandes patrimônios da Bahia. Mas como estamos discutindo política, a simples presença de Antônio Carlos Magalhães, por detrás da candidatura dele, inviabilizou sequer a discussão em torno de sua candidatura, por nós, evidentemente, da Oposição, nem por isso Josaphat Marinho deixará de ser bem votado no meu Estado. Não tenho dúvida alguma. É um grande nome, é uma grande figura. Pena, portanto, que tenha sido maculado por Antônio Carlos Magalhães, presente na condução da sua campanha.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — (Faz soar a campanha.)

O SR. ELQUISSON SOARES — Só para encerrar, Sr. Presidente.

Quando à questão que V. Exª levanta, Deputado Humberto Souto, sobretudo quando V. Exª, a partir de amanhã, estará investido na Presidência da Câmara dos Deputados. Isso é grave! Sei que os jornais, por vezes, fustigam assuntos que sequer foram imaginados em certos corredores, mas nem sempre. De modo que deixar de levar na devida conta uma notícia da Imprensa nacional, de que o Sr. Arida está vindo para o Banco Central, de que um outro cidadão também está sendo arrancado de certo gabinete para o Banco Central, com o objetivo de implantar uma reforma bancária, e que como primeiro dado vem a incorporação da Caixa Econômica ao Banco do Brasil, acho...

O Sr. Humberto Souto — Permite-me um aparte?

O SR. ELQUISSON SOARES — Permita-me V. Exª, só para concluir a resposta ao seu aparte, dizer-lhe que não podemos deixar de levar a sério. Todos os jornais, todos deram a notícia. Portanto, estou estarrecido, porque quem poderia dar, em primeiro plano, a notícia, seria o Congresso Nacional, a primeira Instituição a ser consultada, a estudar a questão.

O Sr. Humberto Souto — Gostaria de retificar. Em nenhum momento, entendi que V. Exª não faz bem em trazer o assunto à Casa; pelo contrário, acho que faz bem, somente entendo que é tão absurdo a notícia e tão impossível a sua realização, porque são ambas instituições criadas por lei, e teria que vir ao Congresso Nacional, para que fosse modificada a lei com a extinção ou incorporação — e V. Exª tem pelo menos um companheiro a seu lado, para evitar que isso aconteça — e tenho a impressão de que V. Exª terá, nesse momento, todo o Congresso Nacional a favor da existência da Caixa Econômica, pelos serviços que presta, e do próprio Banco do Brasil, pela instituição extraordinária que representa no sistema bancário brasileiro, que acho, então, que a notícia não tem sentido e nem será motivo de maiores discussões, no cenário político nacional.

O SR. ELQUISSON SOARES — Está feito o reparo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — O tempo de V. Exª está esgotado, nobre Deputado.

O SR. ELQUISSON SOARES — Vou encerrar, Sr. Presidente, concitando todos os companheiros parlamentares, congressistas, a ficarem em vigília. Não estou querendo nem evitar o fato, mas conhecer as razões, as justificativas. Pode ser que todos nós sejamos convencidos a aprovar. Mas o que se quer, Sr. Presidente, é discutir, é conhecer. Não queremos bancar aqui, Sr. Presidente, os maridos enganados. É preciso que o Congresso adote uma atitude corajosa, séria, viril.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que defendendo posições assim, com todos aqui estudando essas matérias, esses assuntos, colocando-se, portanto, na defesa dos interesses nacionais, ninguém, jornal algum ousará discutir se um parlamentar será aqui, através de jeton ou não, bem ou mal remunerado, todos discutirão, sem dúvida, a atitude do Congresso na defesa dos interesses do País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros.

O SR. CELSO BARROS — (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O discurso do Presidente José Sarney, no Dia do Trabalho, reveste-se de um cunho especial, tanto no seu conteúdo como na sua forma, traduzindo as preocupações do Governo no sentido de renovar a sociedade brasileira, pela valorização do trabalho e pela dignificação do homem.

Foi uma mensagem de fé na ação do trabalhador, de respeito aos seus direitos, de apoio às suas reivindicações, numa linguagem em que dominam os toques da afetividade e o sincero desejo de que os trabalhadores alcancem as conquistas permanentes por que tanto lutaram e sofreram.

Para que essa mesma mensagem não se esconda nas páginas dos jornais e possa servir, no futuro, de roteiro a outros governantes, animados das mesmas preocupações do Presidente Sarney e identificados com os mesmos propósitos de colocar o trabalho na primeira escala dos valores sociais, solicito a sua transcrição nos Anais do Congresso Nacional, como segue:

"Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Hoje é o Dia do Trabalho. Mas o Dia do Trabalho são todos os dias.

Saúdo a todos. A todas as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, meus compatriotas.

Saúdo os que amam as terras, os que rasgam as estradas, os que constroem as usinas.

Penso nos que ensinam nas escolas, curam nos hospitais, assistem os doentes, amparam os velhos, protegem as crianças.

Penso nos sacerdotes que cultuam Deus, dão graças pelo homem e consolam os aflitos. Penso nos que labutam nas fábricas, nos que trabalham nas oficinas, nos que nos servem e nos que nos ajudam.

Penso nos que mantêm viva a informação, nos que a buscam, nos que a transmitem.

Penso nos que garantem o Direito.

Penso nos que garantem a nossa tranquilidade e nos que asseguram a nossa soberania.

Penso nos que produzem a riqueza, empregam seu capital, investem seus recursos e geram empregos.

Penso nos que criam, nos que inventam e nos que aprimoram.

Penso nos que escrevem, nos que enriquecem o espírito e nos que fazem a arte.

Penso nos artistas e penso nos poetas.

Penso nos que sofrem e nos que sonham.

Penso nos que crêem e nos que lutam. E se penso neles, é porque creio no trabalho que fazem, nos serviços que prestam, nas riquezas que criam, nas oportunidades que propiciam, nos produtos que elaboram. O seu trabalho, ostensivo ou anônimo, às vezes humilde, festejado ou desconhecido, é que nos garante a paz, assegura a tranquilidade e gera as esperanças que temos de que o trabalho que fazemos não é só a maior dívida de Deus. É, também, a maior criação do homem.

Nosso governo, meu e dos trabalhadores, fez desde o início a opção pelo social, a prioridade pelos mais pobres.

O trabalhador passou a participar das decisões. Nunca se olhou tanto pelos que trabalham. Não só nas leis que foram votadas e nos atos, mas na conduta. Os trabalhadores se organizaram em liberdade e participam da vida política do País, ao mesmo nível das outras classes.

Em 1985 tiveram aumento real de salários, recuperação de perdas, fim do arrocho, direito de questionar, retomada do desenvolvimento, criação de um milhão e meio de novos empregos.

O que melhor se pode fazer pelo trabalhador se não criar empregos para eles?

Tivemos, também, o reconhecimento das centrais sindicais, o restabelecimento da autonomia sindical, a reabilitação dos dirigentes cassados, o abandono da repressão. Participação, diálogo e convivência marcaram as relações do governo e classes trabalhadoras.

Admitimos os trabalhadores nos Conselhos da SUDAM, SUDENE, Defesa do Consumidor, do IBGE, que calcula os índices do custo de vida, e agora do Conselho Monetário Nacional, onde ele irá discutir as maiores decisões econômicas.

O Plano Cruzado assegurou ao trabalhador seu poder de compra. Há dois meses o salário não é corroído em 15% ao mês, e em março ele teve o ganho de uma desinflação de 1,48%, e nos preços de alimentos menos 5%. O governo teve a coragem de enfrentar resistências poderosas e adotar leis para beneficiar o povo, que sabe não ser mais massa de manobra.

Criamos o Seguro-Desemprego, o salário móvel, antecipação do salário mínimo que teve aumentos inéditos na história do País.

Trinta milhões de crianças desfrutaram da merenda escolar que agora atinge 270 dias no ano.

Chegamos, hoje, à distribuição de um milhão de litros de leite às crianças de pais que ganham apenas dois salários mínimos, auxílio aos sindicatos através de ajuda aos programas de saúde, formação de mão-de-obra.

Ontem, (quarta-feira), no Palácio do Planalto, regulamentamos o Seguro-Desemprego, remetemos projeto de lei criando Tribunais do Trabalho em Campinas e Rondônia; criamos mais de cento e oitenta Juntas de Conciliação e Julgamento para agilizar a aplicação da Justiça do Trabalho. Lançamos o Selo Comemorativo dos Cem Anos do Dia do Trabalho.

O governo está com sua consciência em paz, em relação aos trabalhadores. Ele pode apertar a mão de todos, festejar a data, juntos, porque juntos estamos trabalhando pelos heróicos e anônimos trabalhadores e anônimas trabalhadoras do Brasil."

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, na sua edição de 5 de abril de 1962, o jornal *A União* publicava:

"A UEEP organizou, ontem à tarde, no Ponto de Cem Réis, um comício de protesto contra o trucidamento de João Pedro, o líder camponês de Sapé. O Deputado Raymundo Asfora foi um dos oradores, especialmente convidado. Nossa reportagem esteve presente, e fez o apinhado taquigráfico do improvisado do grande tribuno. Passamos a divulgar, na íntegra, a sua oração:

"Um tiro franziu o azul da tarde e ensanguentou o peito de um camponês. Foi assim que João Pedro morreu. Eu o vi morto, no Hospital de Sapé. Peguei na alça do seu caixão e, ao lado de outros companheiros e de milhares de camponeses, levei-o ao cemitério.

Estava com os olhos abertos: A morte não conseguiu fechar os olhos de João Pedro. Brilhavam numa expressão misteriosa e estranha, como se tivessem sido tocados por um clarão da eternidade.

Os seus olhos, os olhos de João Pedro, estavam escancarados para a tarde e, dentro deles, eu vi — juro que eu vi — havia uma réstea verde que bem poderia ser a saudade dos campos ou o fogo da esperança que não se apagava.

Tinha sido avisado de que o perseguiam. Assistira, certa vez, ao lado da esposa, a uma ronda sinistra em torno do seu lar. Talvez soubesse de tudo, mas aprendera, na poesia revolucionária do mundo, que é melhor morrer sabendo do que viver enganado.

Por que mataram João Pedro? Por que o trucidaram? E de emboscada? Mataram João Pedro porque ele havia

sonhado com um mundo melhor para si e para seus irmãos.

Idealista, ele não compreendia nunca, na sua inteligência ágil e no seu raciocínio acertado, como todas as terras da várzea do Paraíba pertenciam apenas a proprietários que poderiam ser contados nos dedos de uma mão!

E tantos homens sem terra, e tantos homens aflitos, e tantos homens com fome!

Sonhara com a reforma agrária, mas não pensara na revisão dos estatutos das glebas empunhando uma foice ou um bacamarte, na atitude dos desesperados. Apelava, apenas, para a organização da opinião camponesa, da opinião dos campos, porque organizada a opinião do povo tudo o mais estaria organizado.

Nunca me deparei, paraibanos, com uma população rural tão penetrada e compenetrada de consciência de classe, do valor da disciplina e da coesão como os lavradores de Sapé. Foi João Pedro quem os convocou, mobilizando-os, ardentemente, em cada feira e em cada roçado, argumentando sempre, com uma fé inquebrantável, sobre a necessidade da formação de seu Sindicato.

De um Sindicato igual aos vossos, Trabalhadores de João Pessoa, respeitado pelos patrões, protegido e protetor.

Por que os latifundiários não querem respeitar as Ligas Camponesas? Por quê? Não se organizam eles nas cidades, nas Associações Comerciais, nas Federações das Indústrias? Não frequentam eles o Clube Astréa, o Clube Cabo Branco, os clubes do Recife e do Rio? Por que os camponeses não têm direito a ter a sua Liga?

O campo se priva de tudo para nos prover de tudo. Sem a enxada, que fecunda o ventre da terra para a gravidez da semente e o parto da colheita, nada chegará às nossas mesas. A vida vem dos campos. Sem o suor, sem a fadiga dos camponeses, jamais alcançaremos a fatura do povo e a pobreza será cada vez mais infeliz e desamparada.

Os latifundiários, todavia, na sua ganância, fingem desconhecer essa verdade, e, na sua cupidez e egolatria, negam aos pobres até o direito de ter fome.

Fechem as suas propriedades ao cultivo, trazem-nas, avaramente, estagnadas, mandando matar aqueles que desejam transformá-las num instrumento de produção e de felicidade social.

São tão mesquinhos, no seu egoísmo, que, na expressão de um ironista, deixariam o universo às escuras se fossem proprietários do Sol.

Eu vi João Pedro morto. Os seus olhos ainda estavam abertos. Eles tinham visto muito, tinham visto quase tudo. À sombra do Sobrado, povoado de Sapé, ouvira, talvez, contar na varanda da casa toska, a história de pais e avós que cultivaram aquelas terras, sempre sob o regimento do "cambão", da "terça" e do "cambito". Desse miserável "cambão", dessa hedionda "terça", desse desumano "cambito" que devem ser varridos da nossa paisagem rural, nem que seja a golpes, nem que seja a impactos de multidões revolucionárias nas praças.

Ouvira contar que, certa vez, um pobre pai fora enxotado cruelmente pelo capataz do amo, pelo simples fato de ter discutido sobre uma cuia de feijão.

Sofria, ele próprio, as angústias daquele servilismo, doendo, agora, sobre o seu corpo exausto, com um suor de agonia que lhe escorria pela alma, fermentando, então, no íntimo, a convicção de que a dignidade humana não poderia ser tão aviltada. Urgia uma reação e João Pedro, à sombra do Sobrado, meditava e sonhava com um mundo melhor para os seus filhos. Eles não haveriam de amargar a mesma servidão.

Sonhou. Haveria de pagar pelo crime de ter sonhado. O seu sonho era uma visão perigosa de liberdade. Os latifundiários não podem compreender que os corações dos humildes possam aninhar tão belos sonhos.

Contrataram sicários, armaram pistoleiros, puseram nos tocaia. João Pedro deveria ser eliminado.

Acuso, perante o Governo e a Paraíba, que há um Sindicato da Morte implantado na Várzea para ceifar a vida dos homens do campo.

Ninguém se iluda: aquilo não foi mandado de um homem só!

Todos devem se levantar em favor da luta dos camponeses, todos, principalmente vós, pessoenses, deposi-

tários da fibra indômita da raça tabajara, para que, em face da violência e da opressão, os camponeses não se sintam desamparados.

Mataram João Pedro. Nunca mais poderei esquecer os seus olhos. Os olhos dos mortos não choram. Ele nos deixou, no transe derradeiro da vida, a dignidade final da sua morte.

Sigamos o seu último exemplo. Ninguém derramará mais lágrimas. Os seus olhos queriam dizer que os camponeses, de tanto verterem suor, não têm, sequer, mais pranto para derramar outras lágrimas.

Esta cruzada é diferente das demais porque é maior do que todas as outras. Não há um candidato, não há um partido político, não há um interesse exclusivista a ser defendido. Esta insurreição é, hoje, na História da Paraíba, o seu grande apostolado.

Ou defendemos os homens do campo, numa onda de solidariedade pacífica e irreprimível, pressionando as elites dirigentes para a revisão da estrutura jurídica que nos depauperou e degrada, efetivando, urgentemente, a reforma das leis agrárias, ou o Brasil será a Pátria traída pelo poder econômico que já nos vem atraíndo nos Governos da República e no Parlamento Nacional.

É inútil matar camponeses. Eles sempre viverão. Antes de morrer, João Pedro era, apenas, a silhueta de um homem no asfalto, mas agora João Pedro virou zumbi, João Pedro virou assombração. É uma sombra que se alonga pelos canaviais, que bate forte na porta das casas grandes e dos engenhos, que povoa a reunião dos poderosos, que grita, na voz do vento, e pede justiça, e clama vingança, que passeia pelas estradas de Sapé, que fala pela boca de milhares de criaturas escravizadas, a mesma linguagem que, com a sua morte, não se extinguiu, porque a mensagem dos verdadeiros líderes não se esgota.

Pessoenses! Meditemos, profundamente, na destruição de João Pedro, na perversa cilada que armaram contra o inesquecível líder, na carga de ódio que despedaçou sua vida. Ele sofreu, no próprio sangue, uma mancha cruel que ameaça a todos nós."

Foi isso, Sr. Presidente, que o matutino paraibano publicou, há 24 anos. Deixo o velho discurso nos Anais do Congresso Nacional em homenagem aos camponeses do Brasil, nesta nova hora de luta pela reforma agrária, e para registro no nome do autor da reportagem: jornalista Hélio Zenaide.

Quero, ainda, consignar que discursai no sepultamento de João Pedro Teixeira. Falei, também, de improviso. Surpreendentemente, minhas palavras, poucos dias depois, foram estampadas na revista *Times*, em tradução ao pé da letra, sem que qualquer jornal brasileiro haja dado notícia daquele necrológico.

Estava bem próximo o ano fatal de 1964. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 36, de 1986-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.184, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1986-CN (apresentado como conclusão do Parecer proferido, em plenário, pelo Senhor Deputado Nasser Almeida), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.165, de 2 de outubro de 1984, que institui a Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias e dá outras providências.

Não há número para deliberação.

A Presidência deixa de submeter a votos a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17